

20 OUT 2011

FOLHA DE S. PAULO

# Greve de juízes vai piorar imagem da Justiça, diz Peluso

Presidente do STF envia carta aos tribunais federais; conselho instaura inquérito sobre a 'operação-padrão'

**Para forçar o governo a conceder reajuste, magistrados ameaçam atrasar o andamento de processos da União**

FELIPE SELIGMAN  
DE BRASÍLIA

DANIEL RONCAGLIA  
DE SÃO PAULO

Em carta encaminhada às corregedorias de todos os tribunais federais do país, o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Cezar Peluso, criticou ontem a greve anunciada por juízes para o final de novembro.

Segundo Peluso, tanto a greve quanto a "operação-padrão" em processos que envolvem a União são iniciativas inadequadas e trazem impactos negativos para a imagem da magistratura.

Para pressionar o governo por reajustes, a Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) informou que os juizes suspenderão até dezembro a publicação de citações e intimações de ações da Advocacia-Geral da União.

"Permito-me solicitar à Vossa Excelência [corregedor de cada tribunal] que transmita aos magistrados a minha avaliação e preocupação

quanto à total inadequação da iniciativa, que, à par de eventuais repercussões no âmbito legal, certamente trará impactos negativos à imagem da magistratura como prestadora de serviço público essencial", afirma a carta assinada pelo presidente do Supremo.

## INQUÉRITO

Ontem, o presidente do CJF (Conselho da Justiça Federal), ministro Ari Pargendler, determinou a instauração de um processo administrativo para apurar a chamada "operação-padrão" dos juizes.

O assunto será tratado na sessão do conselho na próxima segunda-feira. No primeiro semestre, o CJF aprovou uma proposta de Pargendler para descontar o subsídio dos magistrados que aderissem à

**“ Transmita aos magistrados a minha avaliação (...) quanto à total inadequação da iniciativa, que (...) certamente trará impactos negativos à magistratura**

CEZAR PELUSO  
presidente do STF

paralisação de 27 de abril.

A Ajufe informou que só vai se manifestar sobre a carta de Peluso e o processo no CJF após ser notificada.

## DIVERGÊNCIAS

A "operação-padrão" também gerou divergência entre as associações de classe do meio jurídico.

O presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Nelson Calandra, afirmou entender que o melhor seria construir uma solução negociada.

"Fico preocupado com essa deliberação, que pode trazer consequências graves para o Tesouro", afirmou, estimando em R\$ 700 bilhões os valores de interesse da União que estão em discussão na Justiça Federal.

A Ajufe reagiu, dizendo que deveria haver um apoio mútuo entre as associações de magistrados.

"É inverídica e irresponsável a afirmação do presidente da AMB", disse Gabriel Wedy, presidente da Ajufe.

"É lamentável a ação contínua do presidente da AMB que, ao invés de proferir declarações distorcidas, deveria agir de forma independente na defesa dos juizes que representa e da sociedade", completou.

# 20 OUT 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### Deficiente é a inclusão social

EDUARDO DE ALMEIDA CARNEIRO

De acordo com o Censo 2000, 14,5% da população apresenta algum tipo de incapacidade ou deficiência física. Visto assim, como simples estatística, estamos diante de um número curto e frio.

Tão frio quanto ignorar que, na prática, estamos falando de um contingente de mais de 27 milhões de brasileiros! É como se a todos os cidadãos de toda a Grande São Paulo estivesse faltando um braço, uma perna. Ou os dois. Ou os quatro.

Como se nós vivêssemos em uma metrópole literalmente movida à cadeia de rodas. Mas ainda assim cidadãos, com todos os direitos — e deveres — iguais aos de qualquer pessoa que esteja lendo este artigo neste momento.

O Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Mas nós, brasileiros, infelizmente ainda somos preconceituosos e hipócritas ao julgar (quem pode julgar?) o deficiente não pelo valor humano do seu olhar, mas pelas formas físicas que os diferem da média.

No “país do futuro”, com uma das economias mais vibrantes e crescentes da atualidade, perde-se uma oportunidade astronômica de vencer barreiras e promover a inclusão

Como as crianças deficientes podem ser educadas de modo adequado se há lacuna de educadores que respondam a suas necessidades específicas?

social de gente com enorme vontade e capacidade de trabalhar, sustentar famílias, gerar renda, estudar e ser respeitada.

Ou seja, simplesmente participar e usufruir da sociedade. Sem dúvida os empregadores da iniciativa pública e privada estão se preocupando cada vez mais em promover ambientes de trabalho adaptados. Mas é o suficiente? Não.

Os olhares indiscretos dos colegas de escritório são muros de concreto intransponíveis.

E como elas chegam ao trabalho com tantas calçadas esburacadas, motoristas que não respeitam faixas de trânsito, transporte público adaptado incrivelmente escasso e passageiros sem a menor paciência para esperar o cadeirante se acomodar no ônibus ou no metrô?

Como as crianças deficientes podem ser educadas adequadamente com uma preocupante lacuna de educadores, despreparados para

responder às suas necessidades específicas? Aliás, o que os engenheiros dos estádios da Copa de 2014 e das demais obras deste canteiro chamado Brasil estão preparando para os 27 milhões de torcedores?

Há 61 anos, a AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente), entidade sem fins lucrativos, com seus profissionais e voluntários, vem lutando para tratar, reabilitar e promover a inclusão social de pessoas com deficiência física.

Em 2010, conseguiu realizar 1.348.799 atendimentos, entre cirurgias, consultas, aulas e terapias.

Foram mais de 5.800 atendimentos diários, 6.451 cirurgias e 60.655 aparelhos ortopédicos fabricados e comercializados, que contribuíram para melhorar a qualidade de vida de milhares de deficientes físicos.

Graças à gestão profissionalizada e, principalmente, às doações do Teleton (campanha televisiva que será levada ao ar nos dias 21 e 22 de outubro pelo SBT e pela TV Cultura), mantém 12 unidades no Brasil.

Vitórias diárias, sabemos. Mas cujas medalhas da inclusão social e do fim do preconceito ainda esperamos receber.

EDUARDO DE ALMEIDA CARNEIRO é presidente voluntário da AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente).

20 OUT 2011

# FOLHA DE S. PAULO

## 'Rins iam para ricos', diz promotor em júri em Taubaté

Médicos são acusados de fraudar morte encefálica de pacientes para retirar órgãos e enviar para transplantes

Uma central de remessa de rins para pacientes ricos de São Paulo. Assim o promotor Marcio Augusto Friggi de Carvalho definiu o grupo de médicos de Taubaté (140 km de São Paulo) que realizava a retirada de órgãos de pacientes para transplantes.

A afirmação foi feita durante a exposição do promotor ao júri pedindo a condenação de três médicos por homicídio doloso (intencional).

Os médicos Rui Noronha Sacramento, Pedro Henrique Torrecilhas e Mariano Fiore Júnior são acusados de utilizar diagnósticos falsos de morte encefálica para extrair rins de quatro pessoas em

1986. Eles negam.

De acordo com Carvalho, pelo menos duas pessoas que receberam rins de pacientes em Taubaté foram rastreadas.

As investigações, diz ele, comprovaram que os órgãos foram para o hospital Oswaldo Cruz, onde havia uma fila própria de pacientes à espera de transplante. O custo do procedimento variava de 100 mil a 150 mil cruzados novos —o equivalente a R\$ 35 mil e R\$ 70 mil, respectivamente.

“Não foi montado um centro de transplantes, mas sim uma central de remessas para ricos em São Paulo”.

O julgamento não havia terminado até a conclusão desta edição. Se condenados, os médicos podem pegar de seis a 20 anos de prisão.

O hospital Oswaldo Cruz confirmou à época da denúncia os transplantes, mas negou irregularidade.

João Romeu Goffi, advogado dos médicos, disse que amostras de sangue das vítimas eram colhidas para procurar doadores. “Só isso põe abaixo alegações maldosas de comercialização de órgãos, o que não ocorreu”.

### RETIRADA DE ÓRGÃOS EM TAUBATÉ

Casos ocorreram entre set. e dez. de 1986



#### ACUSAÇÃO

> Em 1987, diretor da Faculdade de Medicina de Taubaté acusa três médicos de retirar os órgãos de quatro pessoas sem morte cerebral



#### PROCESSO

> Caso fica dez anos em investigação até ser enviado à Justiça em 1996; réus entram com vários recursos —em 2003, TJ determina que eles vão a júri



#### JÚRI

> Julgamento começa 25 anos depois do caso; médicos são acusados de homicídio intencional —se condenados, podem pegar de 6 a 20 anos de prisão



#### O CASO PRESCREVEU?

Não. A prescrição do crime (20 anos) zerou em 2003, quando ficou definido que os médicos iam a júri



#### QUEM DEPÔS NO JÚRI

Rita Pereira, ex-enfermeira  
> Afirma que viu um paciente se debater após ter seus rins retirados  
> Diz que um dos médicos enfiou o bisturi no peito do paciente até ele ficar inerte

Lenita Bueno Bassi, anestesista  
> Disse que participou da cirurgia citada por Rita e que não presenciou o que ela relatou  
Rui Noronha Sacramento, urologista e réu no caso  
> Diz que sua equipe de transplantes seguiu o protocolo e que é alvo de inveja

# FOLHA DE S. PAULO

# STJ julga processo

# que pode reconhecer

# casamento gay

20 OUT 2011

Decisões de 1ª instância têm sido divergentes em relação aos pedidos de casais

**Em maio, STF igualou a relação homoafetiva à união instável, que tem diferenças práticas ao casamento civil**

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) marcou para hoje o julgamento da ação que pode responder se um casal gay pode se casar.

A resposta vai além da decisão de maio do STF (Supremo Tribunal Federal), que igualou a relação homoafetiva à união estável.

Desde então, juízes têm autorizado a conversão da união estável em casamento civil ou permitindo o casamento direto — pelo processo de habilitação para casamento.

Há diferenças práticas entre casamento e união estável. Apenas com o casamento, por exemplo, muda-se o estado civil e se garante o direito à herança.

Como o Supremo não decidiu a questão, as decisões de primeira instância estão desencontradas. O STJ pode diminuir a confusão ao julgar hoje o processo de duas gaúchas, juntas há cinco anos.

Kátia Ozório, 38, e Letícia Perez, 37, entraram com ação para o casamento direto antes da decisão do STF. Tiveram o pedido negado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e recorreram ao STJ.

A defesa do casal argumenta que não há impedimento na lei e alega que a Justiça já reconhece uniões estáveis, que podem ser convertidas, segundo a Constituição.

A argumentação foi rejeitada pelo relator no TJ-RS, José Conrado Kurtz de Souza. Para ele, o tribunal não tem competência para fazer a interpretação desejada pelo casal.

A decisão que vier a ser tomada só valerá para o caso. Representará, porém, a jurisprudência do STJ.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

20 OUT 2011

## CASAMENTO X UNIÃO ESTÁVEL

STJ julga possibilidade de matrimônio entre gays

CASAMENTO CIVIL		UNIÃO ESTÁVEL
Permite fazer a troca de sobrenomes	Nome	A troca pode ser questionada
Cônjuges adotam o estado "casados"	Estado civil	Os companheiros não mudam o estado civil
O cônjuge não pode ficar sem uma parte da herança	Herança	Pode não herdar conforme o testamento e a contestação de familiares
Há um reconhecimento imediato da união	Reconhecimento	Ocorre após período de convivência pública

### Desembargador diz que não houve preconceito

O desembargador José Conrado Kurtz de Souza, relator do caso no TJ-RS, diz que a decisão foi baseada na competência jurídica do tribunal.



#### Folha - Por que não autorizar o casamento das duas?

**José Conrado Kurtz de Souza** - Não teve nada a ver com preconceito, era uma questão eminentemente jurídica [...] Até onde nós, juízes, temos esse poder de interpretar a legislação, afastando institutos que estão vigendo?

#### Após a decisão do STF, há decisões desencontradas...

Essa decisão tem muito a ver com essa questão global. Nós vamos começar a sempre interpretar coisas que teriam de ser obra do Legislativo? É uma pena, ele está muito autista.

### Lei permite interpretações, diz advogado

Bernardo Dall'Olmo de Amorim, que defende o casal, diz que a lei permite o casamento civil de gays.



#### Folha - O juiz tem competência e respaldo na lei para autorizar o casamento?

**Bernardo Dall'Olmo de Amorim** - O entendimento é que o Código Civil e a Constituição [...] dão embasamento para interpretar essas situações que aparecem. O juiz não pode se omitir, tem que julgar por analogias e pelo contexto social.

#### Qual pode ser a consequência desse julgamento?

Seria a primeira decisão que reconhece que o casamento pode ser feito pela habilitação [de forma direta]. Por ser uma alta Corte, outros tribunais podem seguir e significar uma virada.

JUDICIÁRIO

# GAZETA DO POVO

## STF suspende lei que exigia voto impresso em 2014

Cármen Lúcia: relatora votou pela inconstitucionalidade da lei do voto impresso.



20 OUT 2011

Ministros alegaram que sigilo do voto poderia ser violado. Ideia do registro em papel era permitir recontagem de votos na urna eletrônica

Rogério Waldrigues Galindo

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu ontem a vigência da lei que exige a implantação do voto impresso no Brasil a partir de 2014. O tribunal acatou a alegação da Procuradoria-Geral da República de que o sistema poria em risco o direito do eleitor ao sigilo do voto. A decisão, tomada por unanimidade, é cautelar. Ou seja, os ministros afirmaram que há bons motivos para suspender a lei desde já, embora ainda tenham de julgar o mérito do assunto mais adiante.

A exigência do voto impresso foi aprovada como parte de uma minirreforma política em 2009. A ideia era garantir que o resultado das eleições pudesse ser conferido por meio de um sistema independente. Hoje, caso haja dúvida sobre os números registrados nas urnas eletrônicas, não há possibilidade de recontagem.

O sistema proposto pela lei previa uma pequena impressora acoplada à urna eletrônica. O eleitor poderia conferir o voto impresso (embora não pudesse tocar nele) e, depois de uma confirmação de que a sua vontade havia sido respeitada, o papel cairia automaticamente em uma urna.

A ministra Cármen Lúcia, relatora do tema, concordou com a tese do Ministério Público de que isso colocaria o sigilo do voto em risco. Segundo ela, caso a impressora travasse, por exemplo, seria necessário que um técnico entrasse na cabine — e ele poderia ver o último voto registrado.

Os defensores do voto impresso contestam os argumentos da procuradoria e dizem que a ausência do registro em papel é que coloca a confiabilidade do sistema eleitoral em risco. “Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Argentina, todos estão passando para equipamentos de segunda geração, que permitem um registro independente do software”, afirma o professor Amílcar Brunazo Filho, moderador de um fórum eletrônico sobre o assunto.

Para Brunazo, os argumentos acolhidos pelo STF são falsos. “Hoje, se a tela da urna travar, o técnico tem o mesmo risco de ver o voto na tela. Em todos os países onde o registro em papel foi adotado, nunca foi encontrado motivo para preocupação com a inviolabilidade do sigilo”, diz.

O cientista político Roberto Romano, da Unicamp, lembra que laudos técnicos feitos no sistema das urnas eletrônicas já apontaram riscos de manipulação de resultados. “O Judiciário brasileiro, porém, tem uma confiança inabalável no modelo atual. Virou quase um fetiche”, afirma.

# GAZETA DO POVO

# Deputado

# Bernardo Carli

# é cassado

# por caixa dois

20 OUT 2011

TRE determina perda de mandato por acusação de ocultação de recursos de campanha; filho de Belinati deve assumir a vaga

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE) cassou ontem o mandato do deputado estadual Bernardo Carli (PSDB) ao concluir que houve "caixa dois" na campanha do parlamentar nas eleições 2010. A decisão dos seis juizes do TRE foi unânime.

O deputado pode recorrer da decisão ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Durante o julgamento do recurso, Carli permanece em seu mandato. O deputado teve 33.645 votos e se elegeu segundo suplente de sua coligação. Ele assumiu uma cadeira na Assembleia em março, na vaga do deputado Osmar Bertoldi (DEM), que pediu licença médica. Em agosto, Bertoldi assumiu a Secretaria de Habitação da Prefeitura de Curitiba.

O deputado cassado é filho do prefeito de Guarapuava, Fernando Carli (PP), e irmão do ex-deputado Fernando Carli Filho, que teve de renunciar ao

seu mandato em 2009 depois de causar um acidente de trânsito em que duas pessoas morreram.

O processo de cassação de Carli nasceu de uma denúncia do Ministério Público Eleitoral (MPE), após análise das contas de campanha do deputado. Segundo o processo, Carli contratou e pagou em dinheiro 36 cabos eleitorais na cidade de Guarapuava. Porém, em sua prestação de contas, declarou que o trabalho teria sido voluntário. O MPE ouviu os cabos eleitorais e pelo menos dez confirmaram ter recebido dinheiro.

"Essa prática leva à conclusão de que o representado [Bernardo Carli] utilizou-se de 'caixa dois' em sua campanha", disse o relator do processo, juiz Marcelo Malucelli. O MPE encaminhou ontem ao TRE requerimento pedindo imediata execução da decisão e que a Assembleia Legislativa seja oficiada com urgência para que empossasse o próximo suplente da coligação.

Caso o TSE confirme a cassação de Carli, sua cadeira fica para o terceiro suplente da coligação, Antonio Carlos Belinati (PP), atual diretor comercial da Sanepar e filho do ex-prefeito de Londrina Antonio Belinati.

## Outro lado

Ontem à tarde, o deputado Bernardo Carli, estava em Guarapuava, sua base eleitoral na região central do estado, acompanhando o governador Beto Richa (PSDB) e outros líderes políticos da região em uma cerimônia oficial quando foi informado do resultado do julgamento. Ele não quis falar com a reportagem.

Segundo o advogado do parlamentar, Júlio Brotto, a decisão é injusta e a pena desproporcional ao delito de que tuca-no foi acusado. De acordo com

Brotto, quem pagou os cabos eleitorais não foi Carli e sim a direção de um comitê eleitoral que abrigava outros cinco candidatos. O advogado não soube dizer quem eram estes candidatos.

"Respeitamos a decisão do TRE, mas não concordamos. Mesmo se fosse verdade, a gravidade do ato não justifica a cassação do mandato", afirmou Brotto. Segundo o advogado, os valores gastos (cerca de R\$ 15 mil, segundo o MPE) não teriam influenciado o resultado da campanha. Brotto afirmou também que vai aguardar a publicação do acórdão para decidir qual o recurso apropriado à defesa de Carli.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### Segundo cassado

Carli é o segundo deputado estadual que perde o mandato no Paraná em menos de uma semana. Na última sexta-feira, o deputado Rasca Rodrigues (PV) teve a perda de mandato determinada pela Justiça Federal por irregularidades na concessão de licença ambiental para a construção da hidrelétrica de Mauá, no Rio Tibagi, quando ainda era presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Rasca está recorrendo da decisão. Se os tribunais superiores confirmarem a cassação, quem assume é o ex-secretário de saúde de Palmas, Dr. Kosmos (PV).

20 OUT 2011

### GASTOS DE CAMPANHA

## Justiça absolveu dois deputados neste ano

Além de Bernardo Carli (PSDB) – que teve seu diploma cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná ontem – e de Rasca Rodrigues (PV) – cassado na semana passada pela Justiça Federal –, outros dois parlamentares paranaenses correram o risco de perderem seus mandatos neste ano.

Em setembro, o TRE do Paraná arquivou uma representação do Ministério Público Eleitoral (MPE)

que pedia a cassação do mandato do presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), também por suposta prática de caixa dois. O MPE pode recorrer da decisão.

Apesar de reconhecer a falta de comprovação de gastos, quatro magistrados votaram pelo arquivamento da representação alegando que o gasto não comprovado era muito pequeno em relação ao total arrecadado. Apenas dois juízes,

votaram pela perda do mandato de Rossoni.

No começo deste mês, também por quatro votos contra dois, o TRE julgou improcedente a ação que pedia a cassação do mandato do deputado federal Angelo Vanhoni (PT). O MP apontava irregularidades nos gastos da campanha eleitoral do ano passado, como o recebimento de doações depois do período eleitoral. O MPE está recorrendo das duas absolvições.



# GAZETA DO POVO

COLUNA DOS LEITORES 20 OUT 2011

## Fiscalização do trânsito 1

Quero parabenizar a Gazeta do Povo pela reportagem "Decisão judicial cria vácuo na fiscalização do trânsito" (Gazeta, 19/10). Quanto ao pagamento do licenciamento e seguro obrigatório do veículo, o que fazer na hora do pagamento do licenciamento, que incluem os valores das multas? Não é permitido pagar somente o licenciamento e o seguro obrigatório. Essa cobrança é indevida, pois existe uma decisão do TJ contra a aplicação de tais multas.

Joli Gley Barbosa Cubas

### Fiscalização do trânsito 2

Nesse período de "limbo" da fiscalização do trânsito, a conscientização dos motoristas é muito importante. É muito bom não ser multado. Assim, vamos respeitar os regulamentos, pois eles existem para a nossa segurança. É o momento de demonstrarmos que somos educados, diminuindo o índice de acidentes.

Antônio Adir Vaz

## BESSA

### Saia justa 1

Causou desconforto na plateia a palestra da jornalista econômica Lilian Witte Fibe após a posse da nova diretoria da Associação Médica do Paraná, na noite de terça-feira. Assim que a cerimônia terminou, ela foi chamada ao palco para falar ao auditório lotado de médicos e familiares. Começou discorrendo sobre a situação mundial e o papel do Brasil na atual crise. Até aí, tudo bem. O problema foi quando ela passou a relatar dois "cases" médicos ocorridos em São Paulo.

### Saia justa 2

Em ambos os casos, os médicos apontados pela jornalista — sem que ela declinasse seus nomes — eram os vilões das histórias relatadas. Começou um leve burburinho na plateia, onde eram visíveis as caras espantadas com as críticas da tarimbada Lilian, que substituiu, na última hora, a escritora gaúcha Lya Luft, que não pôde vir a Curitiba.

### Saia justa 3

Diante das intervenções um tanto inflamadas de alguns presentes, especialmente do médico José Fernando Macedo, que acabara de transmitir o cargo a João Carlos Baracho, Lilian baixou o tom, disse que há maus profissionais em todas as profissões, inclusive no jornalismo, e concluiu dizendo que admira muito a classe médica. A jornalista não ficou para o jantar.

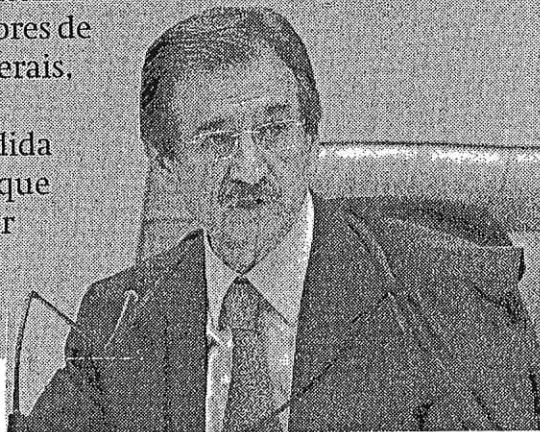
# 20 OUT 2011

## GAZETA DO POVO

### NOTA POLÍTICA

#### ALERTA

O presidente do Supremo, Cezar Peluso (foto), alertou ontem que o Judiciário fazer uma operação padrão como forma de pressionar por reajustes de salários é uma medida inadequada e que pode ter repercussões legais. Nesta semana, o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy, anunciou que, por decisão de uma assembleia de magistrados, os processos de interesse da União terão as suas intimações e citações totalmente represadas. As decisões somente serão comunicadas no final de novembro, todas de uma vez. Num ofício encaminhado ontem aos presidentes e corregedores de tribunais regionais federais, Peluso disse que está preocupado com a medida anunciada pela Ajufe, que segundo ele pode trazer repercussão negativa para a imagem do Judiciário.



20 OUT 2011

GAZETA DO POVO

# Violência muda hábitos no país

80% dos brasileiros tomaram alguma medida para evitar assaltos, segundo pesquisa Ibope/CNI. A principal foi andar sem dinheiro

Diego Ribeiro

A falta de segurança tem alterado o comportamento da população brasileira, de acordo com a pesquisa "Retratos da Sociedade Brasileira: Segurança Pública", realizada pelo Ibope e divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o estudo, 80% dos entrevistados mudaram seus hábitos devido à violência nos últimos três anos. A pesquisa considerou oito tipos de mudança comportamental, entre elas evitar andar com dinheiro — a principal delas, citada por 63% das pessoas —, aumentar o cuidado ao sair da escola, não sair à noite e até mesmo comprar uma arma.

O impacto causado pela insegurança pode ser interpretado de duas formas, segundo especialistas em segurança. Para o autor do livro *Arquitetura contra o Crime* e coronel da Polícia Militar (PM) do Paraná, Roberson Bondaruk, o número pode ser tanto um dado preocupante quanto apresentar um viés otimista. "Esse número reflete uma sensação de insegurança, um medo das pessoas. Mas também pode significar maior conscientização da população, que tem se autoajudado para criar uma segurança pública mais sustentável", explica.

Segundo Bondaruk, o grande problema da segurança brasileira continua sendo os delitos de oportunidade, como furto e roubo.

"São esses crimes que lotam as delegacias. E são esses que poderiam ser evitados", afirma. O coronel acredita que essa mudança de hábito entre as pessoas também se deve ao alto número de informações sobre o tema, que serve para alertar a população. "É uma nova visão de mundo, que faz com que as pessoas sejam mais cuidadosas na sua rotina. É o que chamamos de prevenção primária", ressalta.

## Aspecto negativo

Para o coordenador do Centro de Estudos em Segurança Pública da PUCMG, o sociólogo Luís Flávio Saporì, os números da pesquisa da CNI demonstram a magnitude do problema da falta de segurança no país. "Os brasileiros estão, mais do que nunca, com medo. Os dados mostram que a violência afeta a qualidade de vida deles", comenta.

Segundo Saporì, a população está percebendo cada vez mais a violência no dia a dia. "O brasileiro se sente desprotegido, percebe o alto grau de impunidade e não confia nas instituições (do sistema de segurança pública)", diz, revelando que os números refletem também um sentimento de auto-defesa por parte da população. "As pessoas estão se virando como podem. Os números são um recado ao Estado, à polícia e à Justiça".

O hábito de não andar com dinheiro começou a fazer parte da vida de 63% dos entrevistados (veja infográfico acima). Além disso, pouco mais da metade da população afirmou ter aumentado o cuidado ao sair ou entrar em casa, na escola e no trabalho. Outro dado revela um investimento direto das pessoas em segurança: 52% dos entrevistados colocaram grade, cadeado ou tranca em sua residência para evitar atos de violência.

A pesquisa foi realizada entre os dias 28 e 31 de julho com eleitores de 16 anos ou mais. Foram feitas 2.002 entrevistas em 141 municípios do país.

## MEDIDAS

### Pena capital divide opinião da população

Quase metade da população (46%) se mostra a favor da adoção da pena de morte no Brasil, enquanto a mesma parcela de brasileiros é contra esta medida. A divisão nas opiniões dos entrevistados também está presente entre os que se dizem totalmente a favor da pena de morte (31%) e aqueles que são totalmente contra (34%) e entre os parcialmente favoráveis (15%) e os parcialmente contrários (12%). Outros 7% não se posicionaram e 1% não respondeu.

A pesquisa mostra que a maior parte dos brasileiros defende políticas de tolerância zero e penas mais duras, como a prisão perpétua. De acordo com a CNI-Ibope, 69% dos entrevistados são favoráveis à medida.

### Maioridade

Ao menos quatro entre cinco brasileiros concordam com a redução da maioridade penal para 16 anos. Mostram-se totalmente a favor da medida 75% dos entrevistados e parcialmente a favor, 11%. Além disso, os que acham que a atribuição da responsabilidade penal somente a partir dos 18 anos incentiva a participação de menores de idade em crimes somam 83%, enquanto os que discordam são 9%.

A pesquisa CNI-Ibope informa ainda que 65% concorda totalmente ou parcialmente que a proibição de venda de bebidas alcoólicas após a meia-noite contribui para a queda no número de crimes.

CONTINUA

## 30% dos brasileiros foram alvo de crimes

A pesquisa divulgada pela CNI mostra que 9% dos brasileiros entrevistados foram furtados, assaltados ou agredidos nos últimos 12 meses, 19% têm parentes que sofreram algum desses crimes e 2% relataram violência tanto contra si como contra um familiar. Assim, 30% da população sofreu diretamente com a violência no período de um ano.

As maiores incidências foram registradas nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, onde, respectivamente, 43% e 33% dos entrevistados relataram ter sofrido eles próprios ou um parente furto, assalto ou agressão nos últimos 12 meses. O percentual também é elevado entre os residentes nas capitais (42%) e nas cidades com mais de 100 mil habitantes (38%).

O combate ao tráfico é prioridade para a segurança pública na opinião de 58% dos entrevistados. No entanto, 90% concordam que ações sociais, como educação e formação profissional, contribuem mais para diminuir a violência do que ações repressivas. "É consenso entre a população brasileira que as políticas sociais são mais eficazes para a redução da violência, mas a grande maioria também defende punições mais duras contra o crime, sobretudo contra os mais violentos", afirma o documento.

### Instituições

Para a população brasileira, as Forças Armadas e a Polícia Federal são consideradas as instituições mais eficientes para a segurança pública, sendo avaliadas como ótima/boa e regular por, respectivamente, 90% e 89% dos entrevistados. Por outro lado, as instituições com pior popularidade são o Poder Judiciário, com 34% de avaliação ruim ou péssima, e o Congresso Nacional, mal avaliado por 45% dos consultados.

A segurança pública aparece em segundo lugar em uma lista de 23 maiores problemas que o Brasil enfrenta, perdendo apenas para a saúde. No geral, 51% dos brasileiros consideram a situação da segurança pública no país ruim ou péssima e 36%, regular. Apenas 12% a avaliam como ótima ou boa.

### Bebida proibida

65% dos entrevistados concordam totalmente ou parcialmente que a proibição de venda de bebidas alcoólicas após a meia-noite contribuiria para a queda no número de crimes.

### 69% dos brasileiros

apoiam a prisão perpétua, enquanto 23% são totalmente ou parcialmente contrários. A pena de morte é apoiada por 46% da população, a mesma parcela contrária à medida.

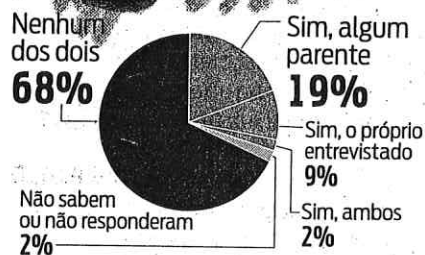
CONTINUA

# 20 OUT 2011

## GAZETA DO POVO

### SEGURANÇA PÚBLICA

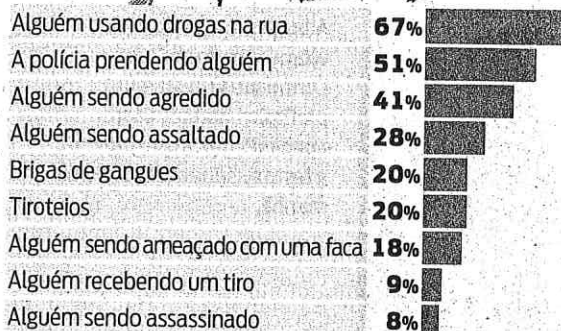
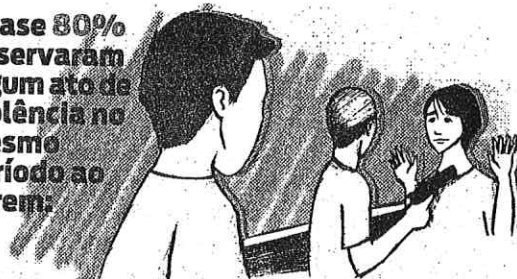
**30% dos entrevistados ou seus parentes sofreram violências nos últimos 12 meses:**



Fonte: Ibope/Confederação Nacional da Indústria.

### CONTINUAÇÃO

**Quase 80% observaram algum ato de violência no mesmo período ao verem:**



Evitar andar com dinheiro	63%
Aumentar o cuidado ao sair ou entrar de casa, do trabalho ou da escola	57%
Evitar sair à noite	54%
Colocar grades, cadeados, ou trancas em sua residência	52%
Deixar de circular por alguns bairros ou ruas da cidade	48%
Mudar o trajeto entre a casa e o trabalho, ou entre a casa e a escola	36%
Contratar seguro contra roubo/ furto	10%
Comprar uma arma	2%

### Sobre a adoção de penas mais severas no intuito de reduzir a criminalidade

#### Adoção da pena de morte:

Totalmente a favor	31
Parcialmente a favor	15
Nem a favor, nem contra	7
Parcialmente contra	12
Totalmente contra	34
Não responderam/Não sabem	1

#### Sobre julgar como adultos menores de idade que cometam crimes violentos ou hediondos:

Concorda totalmente	75
Concorda em parte.	16
Não concorda nem discorda	3
Discorda em parte	2
Discorda totalmente	3
Não responderam/Não sabem	1

# GAZETA DO POVO

## Proibição do amianto está em debate no PR 20 OUT 2011

João Rodrigo Maroni

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) e o Ministério Público do Trabalho, juntamente com outras entidades locais, estão liderando um movimento para banir completamente o uso do amianto no estado. A fibra mineral, considerada cancerígena, põe em risco a saúde dos trabalhadores das indústrias que lidam com o produto. Quando o pó de amianto é aspirado, há chance de desenvolver doenças pulmonares.

Também conhecido como asbesto, o mineral é empregado na fabricação de telhas de fibrocimento, em roupas resistentes ao fogo e em lonas de freios de veículos — só para citar alguns exemplos. Atualmente, o Paraná tem três grandes indústrias que utilizam o amianto. Outros estados, como São Paulo, já o proibiram. “As fábricas estão concentradas aqui. Viramos exportadores de amianto, ou seja, viramos ‘produtores de morte’”, disparou o procurador de Justiça Saint Clair Honorato Santos, um dos coordenadores da campanha contra a substância.

Ontem, em Curitiba, a Comissão Interinstitucional pelo Banimento do Amianto no Estado organizou dois eventos para discutir a questão. Pela manhã, houve uma

**“As fábricas estão concentradas aqui. Viramos exportadores de amianto, ou seja, viramos ‘produtores de morte’.”**

**Saint Clair Honorato Santos**, procurador de Justiça e um dos coordenadores da campanha.

audiência pública no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). À tarde, na sede do MP-PR, ocorreu o seminário “Por um Paraná sem amianto”. Em ambos os eventos, médicos, políticos e promotores palestraram sobre o tema.

Durante a audiência pública, empregados do setor de fibrocimento compareceram ao plenário da Alep, mas o uso da palavra lhes foi negado. De acordo com Saint Clair, são as empresas do setor que patrocinam as manifestações. Durante o seminário, um grupo de sindicalistas participou do evento, defendendo o uso seguro do amianto e não simplesmente seu banimento.

Adilson Santana, vice-presidente da Comissão Nacional dos Trabalhadores de Amianto, porém, diz que o risco de desenvolver doenças pelo uso da substância diminuiu bastante graças à modernidade das fábricas. “O Brasil hoje exporta tecnologia no uso controlado do amianto”, reiterou.

### MP paulista incentiva multa por atrasos

O Sindicato da Habitação e Condomínios de São Paulo (Secovi-SP) assinou um acordo com o Ministério Público de São Paulo para orientar as construtoras a colocar, em contrato, cláusulas de indenização aos clientes em caso de atraso nas obras de imóveis comprados na planta. Entre elas, o pagamento, se houver demora maior do que seis meses, de indenização de 2% sobre o valor do imóvel já pago pelo consumidor. E multa de 0,5% ao mês, sobre o mesmo valor, a partir do fim do prazo de tolerância. A regra prevê, em favor das construtoras, tolerância de seis meses para a entrega. Embora o acordo, um termo de ajustamento de conduta, não tenha força de lei, é um forte argumento em favor do consumidor.

# FOLHA DE LONDRINA

## Presidente do STF critica juízes federais por 'boicote'

20 OUT 2011

**Brasília** - Em carta enviada às corregedorias de todos os tribunais federais do país, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, criticou a greve anunciada por juízes federais para o final de novembro. Segundo Peluso, tanto a greve quanto a "operação-padrão" em processos que envolvem a União são iniciativas inadequadas e trazem impactos negativos para a imagem da magistratura.

Para pressionar o governo por reajustes, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) informou que os juízes suspenderão até dezembro a publicação de citações e intimações de ações da Advocacia-Geral da União. "Permito-me solicitar à vossa excelência [corregedor de cada tribunal] que transmita aos magistrados a minha avaliação e preocupação quanto à total inadequação da iniciativa, que, a par de eventuais repercussões no âmbito legal, certamente trará impactos negativos à imagem da magistratura como prestadora de serviço público essencial", diz a carta assinada pelo presidente do STF.

Ontem, o presidente do Conselho da Justiça Federal

Para Peluso, protestos do tipo prejudicam a imagem da magistratura; juízes federais pressionam por reajuste salarial

(CJF), ministro Ari Pargendler, determinou a instauração de processo administrativo para apurar a "operação-padrão". O assunto será tratado na sessão do conselho na próxima segunda-feira. No primeiro semestre, o CJF aprovou proposta de Pargendler para descontar o subsídio dos magistrados que aderissem à paralisação de 27 de abril. A Ajufe informou que só vai se manifestar depois de notificada oficialmente.

A "operação-padrão" também gerou divergência entre as associações de classe do meio Jurídico. O

presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, afirmou que respeita a decisão, mas entende que o melhor seria construir uma solução negociada. "Fico preocupado com essa deliberação, que pode trazer consequências graves para o Tesouro", afirmou. Ele estima em R\$ 700 bilhões os valores de interesse da União que estão em discussão na Justiça Federal.

Já o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Renato Henry Sant'Anna, disse concordar com a medida. "Todo movimento grevista é uma situação social de embate." Para o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, a atitude não tem sentido. "Não vai engrandecer o debate a um nível que se espera", disse.

Em duas notas divulgadas ontem, a Ajufe rebateu as críticas. "É inverídica e irresponsável a afirmação do presidente da AMB, desembargador Nelson Calandra", diz uma delas. "É lamentável a ação contínua do presidente da AMB que, ao invés de proferir declarações distorcidas, deveria agir de forma independente na defesa dos juízes que representa e da sociedade", completa a entidade.

**CLÁUDIO HUMBERTO**

"Estarão absolutamente inutilizadas"

Ministra **Eliana Calmon** sobre denúncias contra juízes, em caso de extinção do CNJ

FOLHA DE LONDRINA

# TRE cassa 20 OUT 2011 Bernardo Carli por 'caixa dois'

*Decisão do TRE  
é "peculiar",  
afirma defesa  
do tucano*

**Ministério  
Público Eleitoral  
defende que  
tucano se afaste  
imediatamente  
da cadeira no  
Legislativo;  
ainda cabe  
recurso**

**Curitiba** - O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná cassou o mandato do deputado estadual Bernardo Ribas Carli (PSDB) por suposto 'caixa dois' feito durante as eleições de 2010. Por unanimidade, os membros presentes na sessão de julgamento de ontem do tribunal seguiram o voto do relator, Marcelo Malucelli.

A acusação do Ministério Público Eleitoral (MPE) parte da prestação de contas de Ribas Carli, na qual consta que dez cabos eleitorais teriam prestado serviços gratuitamente à campanha, como forma de doação, ao mesmo tempo em que também consta que essas pessoas foram pagas pelo trabalho. Para o MPE, essa conduta tornou impossível verificar precisamente o valor e a origem da totalidade dos recursos arrecadados. "Assim, porque não há como se avaliar os valores não declarados pelo representado e porque os

valores e percentuais amostrados se revelam irrelevantes em face da gravidade da conduta perpetrada, a sanção de cassação de diploma se mostra proporcional, devendo ser aplicada ao representado", determinou o relator do processo.

O MPE se manifestou pela aplicação imediata da decisão do TRE, tão logo o acórdão seja publicado no Diário Oficial de Justiça, procedimento que leva, geralmente, dois dias úteis. Um ofício foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Paraná sobre a decisão. Dessa forma, Bernardo Carli perde a vaga antes mesmo de ter seu recurso apreciado. A análise do pedido de suspensão da decisão será feita pelo TRE e, posteriormente, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão que deve julgar o recurso de defesa.

A defesa de Ribas Carli considera a decisão do TRE "peculiar", uma vez que a cassação do mandato é a pena mais grave que poderia ter sido aplicada ao deputado. "O MPE entende que essa discrepância seria um indício de caixa dois e promoveu a representação eleitoral. O que procuramos demonstrar é que ainda que fossem verdadeiras as acusações, isso seria absolutamente inócua na disputa eleitoral, porque não significou desequilíbrio eleitoral para justificar a

cassação do mandato", argumenta o advogado Julio César Brotto. A arrecadação para a campanha de Bernardo Carli foi de R\$ 270 mil.

A Reportagem tentou entrar em contato com Ribas Carli ontem, mas não conseguiu contato. Ele estava acompanhando o governador Beto Richa (PSDB) em solenidades pelo interior do Estado.

Bernardo Ribas Carli obteve 33.645 votos e era suplente do deputado Osmar Bertoldi (DEM), que abriu mão da vaga em março, depois de apresentar recomendação médica que pedia o seu afastamento da função até julho. Depois, Bertoldi assumiu a Secretaria Municipal de Habitação de Curitiba. Bernardo tem 25 anos, é filho do prefeito de Guarapuava, Fernando Ribas Carli, e irmão do ex-deputado estadual Fernando Ribas Carli Filho, que renunciou ao cargo da gestão anterior, em maio de 2009, semanas depois de se envolver em um acidente de trânsito que matou dois jovens em Curitiba.

**CONTINUA**



# 20 OUT 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Outros casos - As contas do deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB) e do deputado federal Ângelo Vanhoni (PT) também passaram por julgamento no TRE recentemente. Rossoni usou cheques guarda-chuva (apenas um valor para pagar diversas despesas) e Vanhoni recebeu doação de R\$ 10 mil que foram devolvidos ao doador um dia depois das eleições. Nos dois casos, a defesa dos deputados foi aceita e os pedidos de cassação do mandato foram julgados improcedentes.

### MAZZA

#### Cassação

A família Carril, de Guarapuava, não está numa boa: depois do deputado que provocou o acidente, e renunciou o mandato, seu irmão, Bernardo, foi ontem cassado pelo TRE por unanimidade.

## Filho de Belinati é suplente de deputado cassado

### Suplente é filho de Belinati

O suplente do deputado Bernardo Carli (PSDB) é o ex-deputado estadual Antonio Carlos Salles Belinati (PP), que atualmente ocupa o cargo de diretor comercial da Sanepar. "Estou concentrado no meu trabalho e, por enquanto, sem um comunicado oficial ou uma convocação da Assembleia, não me cabe fazer a análise disso", afirmou Antonio Carlos.

Filho do ex-prefeito de Londrina Antonio Belinati e da ex-vice-governadora do Paraná Emília Belinati, o diretor da Sanepar responde a ações por improbidade administrativa e por supostos crimes eleitorais. Sua campanha vitoriosa para a Assembleia Legislativa, em 1998, teria sido financiada com recursos desviados da prefeitura de Londrina, segundo o Ministério Público (MP) do Estado, por meio do escândalo AMA/Comurb, enquanto seu pai era chefe do Executivo. As campanhas de outros políticos ligados a Belinati também teriam sido pagas com recursos públicos, segundo apuração do MP.

Antonio Carlos foi condenado em 2009 por crime eleitoral. A defesa recorreu

da pena de 1,2 ano de reclusão substituída por sete meses de prestação de serviços comunitários aplicada pelo juiz da 157ª Zona Eleitoral, Jamil Riechi Filho. Ele teria omitido da prestação de contas oficial da campanha de 1998 R\$ 900 mil em gastos e declarado somente R\$ 197 mil.

Antes disso, em 2003, ele foi acusado de compra de votos e, embora a juíza da 42ª Zona Eleitoral tenha reconhecido o crime e a responsabilidade de Antonio Carlos, ele não deve ser punido. Em sentença com data de 8 de setembro de 2011, Oneide Negro de Freitas declarou extinta a punibilidade em razão da prescrição. Neste caso, testemunhas confirmaram que receberam dinheiro para trabalhar na campanha; havia uma lista de eleitores que teriam recebido R\$ 30 se votassem em Belinati e a promessa de que receberiam R\$ 60 se ele fosse o primeiro colocado. Um cabo eleitoral foi preso em flagrante, o que deu origem à investigação criminal.

Antonio Carlos, que foi deputado estadual entre 1999 e 2002, voltou a se candidatar ao cargo nas eleições seguintes, mas não obteve votos suficientes. Em 2010, ele fez 32.357 votos e ficou como terceiro suplente da coligação formada pelas siglas PRB, PP, PTB, DEM e PSDB. Bernardo Carli fez 33.645 votos.

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### Novo Fórum Eleitoral 20 OUT 2011

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, Irajá Prestes Mattar, inaugura em Londrina amanhã, às 19h30, as novas instalações do Fórum Eleitoral Desembargador Joaquim Ferreira Guimarães, na Avenida Parigot de Souza, 231. A metragem original do prédio era de 903 metros quadrados. Com a ampliação e reforma, o novo prédio conta agora com área total de 1.867 metros quadrados. A obra custou ao todo cerca de R\$ 1,3 milhão.

## Bibinho INFORME

Os peritos do Instituto Médico-Legal (IML) de Curitiba dispensaram o terceiro e último exame de sanidade mental pelo qual o ex-diretor geral da Assembleia Legislativa do Paraná, Abib Miguel, o Bibinho, deveria se submeter, conforme determinação judicial. Ontem, Bibinho compareceu ao IML para o segundo exame. "Segundo o que foi me passado, os profissionais da área entenderam as consultas já feitas como suficientes para a confecção do laudo", informou à FOLHA o advogado de Bibinho, Eurolino dos Reis. Os peritos têm agora prazo de duas semanas - prorrogável por igual período - para emitir um parecer final. Enquanto isso, os dois processos criminais aos quais Bibinho responde, por suspeita de desvio de verbas e formação de quadrilha - estão suspensos na Justiça.

## INFORME

### Indenização no caso Copel/Olvepar

O ex-assessor jurídico da Copel Sérgio Luis Molinari receberá R\$ 100 mil de indenização por danos morais. Ele será recompensado, segundo decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), pela humilhação que teria sofrido ao ser preso dentro da empresa, na esteira do escândalo "Copel/Olvepar", em 2003. Na 10ª Vara do Trabalho de Curitiba, a Copel foi condenada a pagar ao ex-empregado R\$ 100 mil de indenização; valor depois confirmado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9). Mas a Copel - e também o ex-funcionário - tentaram reformar a decisão no TST, e não tiveram sucesso. O ex-empregado queria um valor maior de indenização e a Copel contestou sua condenação, alegando que a empresa não poderia causar embaraços a cumprimento da ordem judicial, tampouco coibir o trabalho de divulgação da imprensa. O TST, contudo, manteve a decisão do TRT9.

# FOLHA DE LONDRINA

# Brasileiro está dividido sobre pena de morte

Pesquisa aponta ainda que 86% dos entrevistados são total ou parcialmente favoráveis à redução da maioria penal

20 OUT 2011

**Brasília** - Os brasileiros estão divididos quando o assunto é pena de morte. Pesquisa Ibope encomendada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), divulgada ontem, mostra que 46% dos entrevistados se disseram total ou parcialmente favoráveis, enquanto outros 46% declararam total ou parcialmente contrários à pena capital. A pesquisa foi feita entre 28 e 31 de julho com 2.002 pessoas acima de 16 anos, em 141 municípios.

Para Renato da Fonseca, gerente-executivo de pesquisa da CNI, o resultado mostra que a população defende maior rigor nas punições para reduzir a criminalidade. "Mas esse entendimento ainda não é suficiente para que defendam a pena de morte", afirmou.

Entre as medidas apontadas pelos entrevistados para melhorar a segurança, prevalecem as de caráter repressivo, como o maior combate ao tráfico de drogas, o aumento de policiamento nas ruas e o aumento de penas.

Entretanto, nas perguntas específicas, 90% dos entrevistados concordaram com a

afirmação de que ações sociais como educação e formação profissional contribuem mais para diminuir a violência do que ações repressivas.

A aparente contradição, segundo Fonseca, pode ser explicada pelo sentimento de "urgência" do entrevistado ao falar de segurança pública. "Na urgência, são as medidas de repressão que dão melhor resultado", disse.

O sentimento de urgência pode ser explicado pelo fato de 79% dos entrevistados terem presenciado cenas de violência ou criminalidade nos últimos 12 meses - em 67% dos casos, tratava-se de uso de entorpecentes na rua. "O tráfico de drogas, de acordo com os entrevistados, está intimamente ligado à criminalidade", afirmou Fonseca.

O uso de drogas foi apontado como o terceiro maior problema do País, atrás da saúde (52%) e da segurança (33%).

## Majoridade penal

A pesquisa também abordou a redução da maioria penal - 86% dos entrevistados afirmaram que concordam, total ou parcialmente, com a possibilidade de punir como um adulto o adolescente a

partir dos 16 anos. Esse percentual sobe quando se fala de crimes violentos e hediondos: 91% concordam que os adolescentes que cometem esse tipo de crime devem ser punidos como adultos.

Para 83% dos entrevistados, a responsabilização penal apenas a partir dos 18 anos incentiva a participação de menores de idade nos crimes. No Congresso Nacional, onde se discute a reforma do Código Penal, existem diversas proposições para redução da maioria penal para 16 anos.

20 OUT 2011

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

### SEGURANÇA PÚBLICA

#### Opinião dos brasileiros



#### MUDANÇAS DE HÁBITOS POR CAUSA DA VIOLÊNCIA

Evitar andar com dinheiro	63
Aumentar o cuidado ao sair, entrar em casa, escola e trabalho	57
Evitar sair à noite	54
Colocar cadeados, grades ou tranças em sua residência	52
Deixar de circular por alguns bairros/ruas da cidade	48
Mudar o trajeto entre casa/trabalho ou entre casa/escola	36
Contratar seguro contra roubo/furto	10
Comprar uma arma	2

Dados de entrevistas com 2.002 pessoas em 141 municípios, de 28 a 31 de julho de 2011

Dados de julho/11 (%)

### 'Percepção é de insegurança'

Londrina - "A percepção das pessoas é de insegurança." A constatação do sociólogo e professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Ronaldo Baltar, é confirmado pelo resultado da pesquisa "Retratos da Sociedade Brasileira: Segurança Pública", que indica que 86% dos brasileiros defendem a redução da maioria penal e 46% são favoráveis à pena de morte.

Para Baltar, o apoio à redução da maioria é consequência da "implementação incompleta" do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). "A ideia era dar uma proteção maior para as crianças e adolescentes e o estatuto incluía medidas de amparo à juventude que não foram colocadas em prática, como a capacitação para o mercado de trabalho", exemplificou.

Por isso, aponta do sociólogo, é necessário repensar as políticas voltadas para a infância e a adolescência no País. "Os setores que deveriam dar conta da formação dos jovens não estão conseguindo."

De acordo com Baltar, outras políticas públicas são mais indicadas para combater a violência. "Essas medidas passam pelo melhor aparelhamento da polícia e um sistema judiciário mais eficiente. Se o sistema conseguisse punir adequadamente os criminosos com as penas atuais teríamos uma condição melhor de segurança."

# 20 OUT 2011 FOLHA DE LONDRINA

## **Sem Ficha Limpa, STF garante posse de Cunha Lima**

**Brasília** - O ex-governador da Paraíba Cássio Cunha Lima deverá tomar posse em breve no Senado. Impedido de assumir uma cadeira no Congresso Nacional por causa da Lei da Ficha Limpa, Cunha Lima conseguiu ontem uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconhece a validade dos votos recebidos por ele há um ano. O mesmo STF resolveu em março que a Ficha Limpa não poderia ter barrado candidatos em 2010 porque não foi aprovada com pelo menos um ano de antecedência à eleição.

Mais votado para o Senado na Paraíba, ele teve sua candidatura barrada com base na Lei da Ficha Limpa. Ontem, o plenário concordou com três decisões do ministro Joaquim Barbosa, relator do caso, contra processos que queriam impedir a posse. Em 2009, a Justiça cassou o mandato de Cunha Lima, então governador do Estado, por abuso de poder econômico e político nas eleições de 2006. Nas decisões, Barbosa lembrou que o STF decidiu que a Lei da Ficha Limpa não vale para as eleições do ano passado. Ao todo, houve seis mudanças no Congresso por conta da decisão.

20 OUT 2011

FOLHA DE LONDRINA

# Mesa redonda discutirá abuso sexual

Sensibilizar a comunidade, profissionais e estudantes é o objetivo da mesa redonda "A família diante da violência e do abuso", a ser realizada pela Associação Paranaense de Terapia Familiar - Núcleo Norte (-APRTF) no próximo dia 25.

Participarão a promotora de Justiça da Vara Maria da Penha de Londrina, Suzana Broglia Feitosa de Lacerda, a psicóloga Cristina Fukumori Watarai e a assistente social e terapeuta familiar Maria Inês Amaral Santos.

De acordo com a secretária Regional da APRTF Núcleo Norte, Neide Zucoli, o tema é muito importante e atual e por isso precisa ser discutido por profissionais de diferentes segmentos. "Cristina e Maria Inês têm vasta experiência no assunto, já que trabalham com crianças, adolescentes e suas famílias no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (-Creas 3), que atende vítimas de violência", explica.

Neide destaca que o formato de mesa redonda foi escolhido para que o tema possa ser discutido por todos. "Vamos falar basicamente sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes, mas também enfocar a família. Uma mãe que não denuncia o agressor pode também ter sido vítima de abuso, não podemos só julgá-la."

## Ciranda

A APRTF congrega terapeutas de família e interessados no tema. Durante o ano são de-

envolvidas diversas atividades, como a Ciranda das Famílias, realizada no Dia Internacional das Famílias (15 de maio), e também reuniões intituladas "Conversando sobre Famílias", além de um projeto de atendimento às famílias da Liga do Engraxate.

Neide lembra que para ser terapeuta familiar não é necessário ser psicólogo. "Psiquiatras e assistentes sociais também podem fazer a especialização, vai depender de cada instituto que ministra o curso."

## SERVICO

■ Mesa Redonda "A família diante da violência e do abuso" será realizada no dia 25 de outubro (terça-feira), das 19h30 às 21h30, na Faculdade Teológica Sul Americana (FTSA), Rua Martinho Lutero 277, Gleba Palhano. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail: [aprtf.nucleo.norte@hotmail.com](mailto:aprtf.nucleo.norte@hotmail.com) ou pelo fone (43) 3326-1170 ou 9919-3277.

20 OUT 2011

# O ESTADO DE S. PAULO

## Peluso critica juízes por ideia de operação-padrão

Em ofício a TRFs, presidente do Supremo diz que tática de magistrados federais para pedir aumento é inadequada e prejudicará imagem do Judiciário

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, alertou ontem os juízes que fazer uma operação-padrão como forma de pressionar por reajustes salariais é uma medida inadequada e pode ter repercussões legais.

Nesta semana, o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy, anunciou que por decisão de uma assembleia de magistrados os processos de interesse da União terão suas intimações e citações totalmente represadas. As decisões somente serão divulgadas no fim de novembro, todas de uma vez.

Num ofício encaminhado ontem aos presidentes e corregedores de Tribunais Regionais Federais (TRFs), Peluso disse que está preocupado com a medida anunciada pela Ajufe, que segundo ele pode trazer repercussão negativa para a imagem do Judiciário.

“Tendo em vista notícias de que juízes federais planejam a realização, no próximo dia 30 de novembro, de ‘operação-padrão’ em processos que envolvam a União, permito-me solicitar a Vossa Excelência que transmita aos magistrados sujeitos a esse egrégio tribunal minha avaliação e preocupação quanto à total inadequação da iniciativa, que, a par de eventuais repercussões no âmbito legal, certamente trará impactos negativos à imagem da magistratura como prestadora de serviço público essencial”, afirma Peluso, que também é presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão de controle externo do Judiciário.

**Conflito.** A estratégia da operação-padrão também pôs em choque dirigentes de associações representativas de juízes. Depois de ter anunciado o movimento, Gabriel Wedy criticou ontem o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, para quem a medida pode trazer consequências graves para o Tesouro. De acordo com Wedy, a afirmação de Calandra foi inverídica e irresponsável. Ele também disse que o colega deveria “agir de forma independente na defesa dos juízes”.

Wedy também criticou o presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, Allan Titonelli Nunes. Na terça-feira, diante da divulgação da operação-padrão, Nunes afirmou que, se a conduta for de fato praticada, poderá configurar o crime de prevaricação.

Na AGU, a repercussão sobre a operação-padrão foi muito negativa.

Advogados afirmaram que como as intimações chegarão todas ao mesmo tempo haverá um congestionamento no funcionamento do órgão, além de atrapalhar a defesa da União e das outras partes envolvidas nos processos.

A notícia sobre a realização da operação-padrão também mobilizou o Conselho da Justiça Federal (CJF). Ontem, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) informou que o presidente do CJF, Ari Paragendler, determinou a autuação de um processo administrativo sobre o assunto e sua inclusão na pauta da sessão da próxima segunda-feira.

### ● Alerta

#### CEZAR PELUSO

PRESIDENTE DO SUPREMO

“Transmita aos magistrados (...) minha avaliação e preocupação quanto à total inadequação da iniciativa, que, a par de eventuais repercussões no âmbito legal, trará impactos negativos à imagem da magistratura como prestadora de serviço público essencial”

### Faixas e abacaxi durante protesto

Servidores do Judiciário federal fizeram ontem um protesto na Câmara entregando abacaxis aos deputados. Eles reivindicam cerca de 15% de aumento salarial. Segundo a categoria, o reajuste seria uma reposição de perdas causadas pela inflação nos últimos 6 anos

# O ESTADO DE S. PAULO

## Taubaté seria 20 OUT 2011

### 'centro captador de rins'

O terceiro dia do julgamento do caso Kalume, em Taubaté, foi marcado pelo embate entre o promotor Mário Friggi e a defesa dos médicos Pedro Henrique Torrecillas, Rui Noronha Sacramento e Mariano Fiore Júnior, acusados de retirar os rins de quatro pacientes vivos no antigo Hospital Santa Isabel. A retirada dos órgãos, que teria ocorrido há 25 anos, foi denunciada pelo médico Roosevelt Sá Kalume, então diretor do departamento de medicina da Universidade de Taubaté (Unitau). A sentença deve sair hoje à tarde.

Friggi argumentou que havia em Taubaté um centro captador de rins – e não um programa de transplantes –, usado por hospitais particulares e intermediado pelo médico Emil Sabagga, um dos pioneiros de transplantes renais na América Latina. O equivalente a cerca de R\$ 35 mil teria sido pago por um paciente ao hospital por um transplante.

O promotor criticou o sistema brasileiro, que levou dez anos para encerrar o inquérito policial, e ironizou o fato de os réus negarem os fatos. “Não aconteceu nada aqui em Taubaté. Está tudo certo”, disse Friggi.

Ao se dirigir aos jurados, o promotor deu o tom do que deve ser

a sua tese de acusação. Ele quis desqualificar a tentativa da defesa de apontar que a denúncia de Kalume tenha sido feita por ciúme e pela disputa de poder. “Será que tudo o que aconteceu aqui, toda a repercussão na mídia, foi apenas porque o dr. Kalume queria execrar publicamente essas pessoas?”, indagou.

**Acusados.** Pela manhã, os três médicos acusados foram questionados pelo juiz Marco Antonio Montemor, pelo promotor e pela defesa. Pedro Henrique Torrecillas, acusado de ter matado o paciente José Carneiro com um golpe de bisturi, negou o fato e disse que a enfermeira Isabel Pereira, que o acusa, não teria participado da cirurgia.

Mariano Fiore Junior afirmou ter falado várias vezes à polícia sobre sumiço de documento do prontuário dos pacientes. “O delegado prevariou?”, disse o promotor. Fiori respondeu que essa era uma palavra “muito forte”.

Após ter prestado depoimento, na segunda, Kalume foi internado no Hospital Regional, em Taubaté, onde foi submetido a um cateterismo. Ele está internado, sem alterações no quadro clínico.

#### ● Legítimo

#### VÂNIA CRISTINA DE LIMA

IRMÃ DE UMA SUPOSTA VÍTIMA  
“Ele (Kalume) não inventaria uma coisa dessas. O médico não ia se expor e também a sua família por algo sem sentido.”



20 OUT 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

**Investigação.** Polícia Federal chegou a pedir a prisão preventiva de ex-executivos, entre eles Rafael Palladino e Luiz Sandoval, sob a alegação de que estariam 'empreendendo outras atividades delituosas', mas juiz decidiu adotar medidas alternativas

# Justiça proíbe ex-executivos do Banco Panamericano de deixar o País

A Justiça Federal proibiu todos os antigos dirigentes do Banco Panamericano de deixarem o País e ordenou que entreguem seus passaportes no prazo máximo de 24 horas. Eles estão impedidos também de se comunicar com funcionários e ex-funcionários da instituição.

A decisão que limita os movimentos dos executivos do banco que pertenceu ao grupo do empresário e apresentador de TV Silvio Santos é do juiz Douglas Camarinha Gonzales, da 6.ª Vara Criminal Federal em São Paulo. O juiz mandou a Polícia Federal realizar buscas para apreensão de documentos, computadores e bens na residência do ex-diretor jurídico do Panamericano, Luiz Augusto Teixeira de Carvalho Bruno.

A batida foi executada terça-feira e se estendeu aos escritórios de duas empresas, Techno Brasil Indústria e Comércio de Fios e Cabos Especiais e Techno Plast Indústria e Comércio de Produtos Injetados, que o ex-diretor-superintendente do Panamericano, Rafael Palladino, teria adquirido em nome de terceiros, supostamente para lavar dinheiro.

APF requereu a prisão preventiva do grupo de executivos, incluindo Palladino e o ex-braço direito de Silvio Santos, Luiz Sebastião Sandoval, sob suspeita de que "estaria a empreender outras atividades delituosas". Segundo a PF, Sandoval se desfez de imóveis de sua propriedade a preços irrealistas, em transações registradas em 14 de julho.

A PF apurou que Palladino estaria usando como laranja o mecânico Alexandre Toros Kayayan, "com o objetivo de ocultação da origem e da propriedade de valores desviados da instituição bancária".

Relatório da PF indica que o grupo que durante décadas deteve o poder no Panamericano promoveu fraudes contábeis e fez uso de empresas de fachada como destinatárias de valores desviados, causando prejuízo de cerca de R\$ 3,8 bilhões.

O juiz não decretou a prisão dos investigados, acolhendo manifestação do Ministério Público Federal sobre adoção de medidas alternativas à custódia.

Na prática, os ex-dirigentes do Panamericano foram salvos pela Lei 12.403/11, em vigor há apenas cinco meses, que situa a prisão cautelar como medida excepcional e cria alternativas. Na prática, mesmo que presentes os requisitos e pressupostos necessários à custódia preventiva, como pediu a PF, o juiz deve verificar a

possibilidade de impor outras medidas cautelares como substitutivas.

**Novas inconsistências.** A PF juntou ao pedido de prisão de seus alvos documento intitulado Relatório da Administração-2010", redigido pela nova direção do banco, "que dão conta de novas inconsistências contábeis" atribuídas aos ex-diretores. "A atual administração identificou irregularidades adicionais de R\$ 1,3 bilhão inicialmente informados e outros ajustes não relacionados a inconsistências no valor de R\$ 500 milhões", aponta a peça.

A PF encartou aos autos também o relatório de auditoria do Panamericano, relativo ao período de 13 de dezembro de 2010 a 23 de fevereiro de 2011. Segundo a PF, esse documento confirma que a "antiga administração apresentou estrutura contábil desprovida de princípios básicos de controles e de ética profissional, tendo como principal objetivo a criação de resultados fraudulentos, a geração de informações falsas ao mercado, acionistas e também aos órgãos de supervisão e regulamentação, os quais foram ludibriados por dados manipulados pelos sistemas operacionais internos".

**CONTINUA**

# 20 OUT 2011 O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Para a PF, existem indícios de que, mesmo após a fiscalização realizada pelo Banco Central, em junho de 2010, as irregularidades contábeis perduraram até a destituição da antiga cúpula, em novembro de 2010. A PF apresentou “dados indicativos” de que os antigos dirigentes do Panamericano desviaram R\$ 70 milhões em apenas três anos.

Aguinaldo Cândido da Rosa, ex-funcionário da Tesouraria, apontou a existência de saques, “tudo a partir de solicitações verbais dos ex-diretores Wilson Roberto de Aro e Luiz Augusto Carvalho Bruno”. A testemunha disse que, “na maioria das vezes, os valores eram entregues a Luiz Augusto no estacionamento, para serem guardados no porta-malas do carro”.

Segundo a PF, há indícios ainda que Palladino adquiriu bens e os registrou “em nome de terceiros, com o objetivo da ocultação da origem e da propriedade de valores desviados do Panamericano para lavagem de dinheiro”. A PF cita as empresas Techno Brasil Indústria e a Techno Plast Indústria, com sedes em São Paulo e em Campinas. “Palladino está fazendo uso de interpostas pessoas para o crime de lavagem.”

### ● Buraco

## R\$ 3,8 bi

é o rombo detectado nas contas do Panamericano, de acordo com investigações da Polícia Federal. O banco, que pertencia ao Grupo Silvio Santos, foi vendido ao BTG Pactual no início do ano

20 OUT 2011

O ESTADO DE S. PAULO

# 46% aceitam pena de morte e 51%, prisão perpétua

Pesquisa CNI/Ibope mostra que 80% dos entrevistados mudaram hábitos por causa da violência no último ano e 75% querem redução da maioria

Nos últimos 12 meses, quatro em cada cinco brasileiros mudaram de hábitos por causa da violência. Como resultado direto, também é cada vez maior o número de pessoas a favor de punições maiores, incluindo pena de morte, prisão perpétua e diminuição da maioria penal. Em alguns casos, defende-se até a violência policial. É o que mostra pesquisa CNI/Ibope sobre segurança, feita em julho, com 2.002 pessoas em 141 cidades.

Mesmo concordando com o uso de penas alternativas em casos de delitos leves, 83% dos entrevistados acredita que penas mais severas reduziram a criminalidade. A maioria reclama que a impunidade vem aumentando. Mais da metade (51%) apoia totalmente a prisão perpétua, inexistente no Brasil. Um percentual significativo – 31% – defende a adoção da pena de morte e outros 15% acham que pode ser justificada em alguns casos.

“Há um paradoxo nessa situação. As pessoas acreditam nas políticas sociais, mas há uma vontade de aumentar o rigor. Acredito que tenha a ver com a urgência de uma sociedade que está sofrendo com a violência”, afirmou o gerente executivo da Unidade de Pesquisa da CNI, Rena-

to da Fonseca.

O levantamento informa, ainda, que 80% dos brasileiros mudaram seus hábitos no último ano, por causa da violência. A maior parte dos entrevistados pela CNI prefere não andar com dinheiro, preocupa-se mais ao chegar ou sair de casa e do trabalho, evita sair à noite e até mesmo deixou de circular por determinadas ruas ou bairros como medida de segurança. O mesmo número de pessoas diz ter assistido, nos últimos 12 meses, algum ato de violência ou algum crime; 30% foi ou teve um parente próximo vítima de um crime.

De acordo com Renato da Fonseca, a pesquisa retrata uma sociedade que está sofrendo com a violência, mas não é violenta em si. “Fica muito claro que as pessoas não estão podendo circular livremente pela cidade. Claramente a violência traz impactos à vida e aos hábitos das pessoas.”

Apesar dessa visão, a pesquisa mostra que um quarto dos entrevistados, mesmo sem ter confiança na polícia, acredita que a violência oficial pode ser justificada pela violência dos criminosos. Outros 25% concordam em parte com essa afirmação.

Outra contradição envolve a proibição da venda de armas, derrotada no plebiscito de 2005: 54% dos entrevistados hoje se declararam contrários ao porte de

arma pela população.

**Maioridade.** O constante envolvimento de menores em crimes tem um reflexo claro na pesquisa. Essa é uma das questões em que há maior unanimidade nas respostas: 75% dos entrevistados defendem a redução da maioria para 16 anos e o mesmo número acredita que adolescentes que cometem crimes violentos deveriam ser punidos como adultos.

## ● Opinião

60%

concordam com penas alternativas para crimes menos graves

57%

acreditam que não haverá redução da criminalidade com a legalização da maconha

65%

dos entrevistados concordam com a proibição de venda de bebidas alcoólicas após a meia-noite para reduzir índices de violência

53%

são favoráveis à privatização dos presídios

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

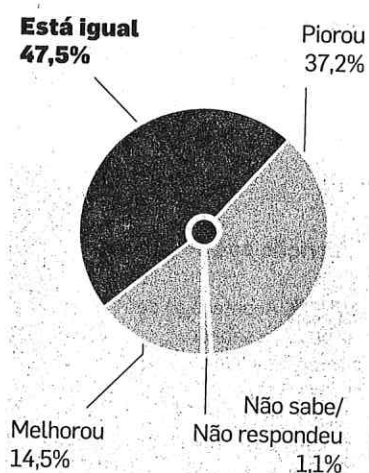
INSEGURANÇA

CONTINUAÇÃO

20 OUT 2011

● Para a maioria dos entrevistados, situação não melhorou

Evolução da segurança pública no Brasil nos últimos três anos:



Avaliação das instituições:

ÓTIMA/BOA REGULAR RUIM/PÉSSIMA

Forças Armadas	68%	27%	10%
Polícia Federal	60%	23%	11%
Guarda municipal	42%	38%	21%
Governo federal	41%	40%	20%
Governo estadual	38%	39%	23%
Polícia Civil	35%	21%	24%
Polícia Militar	34%	39%	27%
Prefeitura	33%	36%	32%
Agentes penitenciários	30%	21%	29%
Justiça/Poder Judiciário	30%	57%	34%
Congresso Nacional	23%	35%	45%

## PF e Forças Armadas têm boa imagem para 60%

● Entre as instituições que, de alguma forma, trabalham com segurança pública, apenas as Forças Armadas e a Polícia Federal têm boa imagem na população, segundo a pesquisa CNI/Ibope. Os dois órgãos são considerados bons ou ótimos por mais de 60% dos entrevistados.

Do outro lado, o Congresso Nacional é avaliado como ruim ou péssimo por 45%. O Judiciário é malvisto por 34% dos que responderam à pesquisa.

As Polícias Civil e Militar, que trabalham diretamente com a população, também não são bem avaliadas. Pouco mais de um terço dos brasileiros classifica-as como boas ou ótimas. Mais da metade considera que não houve melhora na área no último ano. Mas a avaliação das polícias é melhor que a das prefeituras,

consideradas ruins por 32%.

A percepção geral é que a situação no País não melhorou nos últimos três anos ou, para 37% da população, está ainda pior. Mais da metade dos brasileiros considera que a segurança é péssima ou ruim no País. Quando perguntados sobre qual o maior problema do Brasil, a segurança pública perde apenas para a saúde. Quando se soma esse problema ao das drogas – a 3ª maior preocupação – chega-se a 56% dos entrevistados

# O ESTADO DE S. PAULO

## Conselhos Tutelares 20 OUT 2011

**O**s Conselhos Tutelares foram criados para zelar pelo respeito aos direitos da criança e ajudar nas políticas de atendimento à infância e adolescência. Mas as eleições realizadas domingo para os Conselhos Tutelares da capital foram marcadas pelos mesmos vícios da política tradicional, em matéria de clientelismo, fisiologismo e tráfico de influência. Foi preciso, até, chamar a Polícia Militar para coibir várias práticas proibidas por lei, tais como boca de urna e utilização de vans para transporte de eleitores para os locais de votação.

Agora, os promotores do Ministério Público estadual analisarão cada um dos casos de irregularidade registrados nas 438 escolas e prédios municipais que serviram de pontos de votação e no boletim de ocorrência que foi lavrado no 50.º Distrito Policial, no bairro do Itaim Paulista, na zona leste, para tomar as devidas providências legais. O Ministério Público pode pedir a impugnação dos candidatos que transgrediram a legislação. Segundo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, mais de 150 mil pessoas compareceram para votar. Para trabalhar durante o pleito, a Prefeitura convocou cerca de 3,3 mil servidores municipais. A posse dos candidatos eleitos está marcada para 18 de novembro.

Previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o comparecimento dos

eleitores é facultativo. No pleito de domingo, apresentaram-se 220 candidatos para integrar os 44 conselhos instalados em todas as subprefeituras da capital. O que levou os candidatos a disputarem cargos com a mesma "gana" de candidatos à Câmara Municipal, à Assembleia Legislativa e à Câmara dos Deputados foram os fatos de a atividade de conselheiro ser remunerada e de o vencedor se converter numa espécie de servidor público comissionado.

Com mandato fixo de três anos, na capital paulista o conselheiro tem direito a um salário mensal de R\$ 1.490 – uma

### **As eleições de domingo indicam que já estão marcadas pelos vícios da política tradicional**

boa remuneração para o pouco trabalho exigido dos conselheiros. Como agente público, o conselheiro tutelar tem a obrigação de zelar pela aplicação das medidas socioeducativas previstas pelo ECA. Para muitos conselheiros, o que efetivamente importa é o dinheiro depositado regularmente no final do mês. Para outros, esse é o primeiro passo para uma carreira política. O que vem ocorrendo com os Conselhos Tutelares é o mesmo que aconteceu com as Câmaras Municipais das cidades de pequeno e médio portes, desde que seus integrantes passaram a ter direito a salário. Em alguns casos, o cargo de conselheiro – que, por princípio, envolve atividades comunitárias – foi convertido

em "profissão". De centros de civismo, solidariedade e prática democrática, passaram a ser meio de vida.

Em outros casos, o trabalho dos conselhos se transforma numa forma de perversão da representatividade política. Pelo ECA, os conselheiros são responsáveis por encaminhar crianças e adolescentes a serviços públicos de atendimento e proteção. Há conselheiros que se valem dessa prerrogativa para praticar o assistencialismo entre famílias carentes, providenciando matrículas em escolas municipais ou internação em hospitais públicos, em troca de votos. É por isso que muitos políticos profissionais estimulam seus cabos eleitorais a se candidatarem aos Conselhos Tutelares. Trata-se de um investimento político que pode ser decisivo nas eleições legislativas.

Os promotores que fiscalizaram a eleição de domingo estão investigando, por exemplo, denúncias de fraudes que teriam sido cometidas por um deputado estadual na Escola Municipal Idemia de Godoy – uma das dez zonas eleitorais do bairro do Lajeado, um dos mais pobres da zona leste. Entre outras irregularidades, o parlamentar teria contratado um micro-ônibus e financiado a confecção de panfletos.

Quando o ECA entrou em vigor, o Conselho Tutelar foi recebido como um avanço. Duas décadas depois, ele corre o risco de ser desfigurado por quem converte a assistência social em porta de entrada para a carreira política.

20 OUT 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### Alerta contra a censura

**O**s relatórios apresentados e os debates a respeito da liberdade de imprensa no continente americano realizados durante a 67.<sup>a</sup> Assembleia Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), encerrada terça-feira em Lima, Peru, colocaram em evidência que as ameaças ao direito da livre informação ainda existem no Brasil, mas a situação é muito mais grave, pela existência de uma censura praticamente sistêmica, em outros países como Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina. Nesses países, os veículos de informação que não apoiam os respectivos governos são vítimas permanentes das mais variadas formas de perseguição política: censura judicial, pressão econômica, cassação de concessões, leis casuísticas que estabelecem restrições à livre divulgação de notícias e informações, etc. Esse quadro sombrio, se por um lado revela que o Brasil vive, comparativamente, um período de relativa tranquilidade em relação à liberdade de imprensa, por outro lado é um sinal de alerta sobre a necessidade de se preservar esse status diante da permanente ameaça representada por medidas de “democratização dos meios de comunicação”, ou do “controle social da mídia”, que os dirigentes do PT insistem em preconizar.

O relatório sobre o Brasil foi apresentado por Paulo de Tarso Nogueira, vice-presidente da Comissão de Liberdade de Imprensa da entidade e consul-

tor do Estado, que deu ênfase ao fato de mais quatro jornalistas brasileiros terem sido assassinados nos últimos seis meses, todos eles envolvidos na investigação de denúncias de corrupção contra autoridades locais. Além disso, Nogueira relatou outros 21 episódios: 2 prisões, 8 agressões físicas, 2 atentados, 3 casos de abuso de poder e 6 outros de censura judicial. Dentre os últimos, destacou a censura judicial que durante meses impediu que o Estado divulgasse informações sobre a Operação Boi Barrica, da Polícia Federal, que envolveu a família e os interesses do senador José Sarney.

#### **Assembleia da SIP denuncia um tipo de censura que se torna praticamente sistêmica**

De acordo com o relatório do representante brasileiro, “é crescente a ampliação do poder discricionário de magistrados, especialmente os de 1.<sup>o</sup> grau, no julgamento de ações de antecipação de tutela e direito de resposta”, o que acaba resultando em flagrante violação da liberdade da imprensa.

Os casos mais graves de censura à imprensa relatados à SIP ocorreram em países dominados por regimes populistas, todos eles praticantes sistemáticos de violações aos direitos humanos levadas a cabo em nome de ideias “libertárias”. Sem mencionar Cuba, onde nem sequer existem veículos de comunicação independentes do partido único e do governo, os exemplos mais flagrante de violação

do direito à informação – um dos direitos humanos fundamentais – vêm de países dominados por caudilhos adeptos do “socialismo bolivariano” – Venezuela, Bolívia, Equador – ou de populistas, como é o caso da presidente argentina, Cristina Kirchner, cuja ação política é movida por um remoto ideal peronista reconcionado por seu finado antecessor e marido, Néstor Kirchner.

O novo presidente da SIP, o norte-americano Milton Coleman, cidadão de um país onde a liberdade de imprensa é amplamente praticada e respeitada, sob a garantia da Primeira Emenda constitucional, tem muito claras as dificuldades que enfrentará com o tema, por conta da fragilidade das instituições democráticas em muitos países latino-americanos: “Em muitos lugares da América Latina estamos sendo desafiados por governos que querem reduzir os direitos da sociedade de se informar”. Para enfrentar esse desafio, aponta alguns caminhos: “Temos de operar mais com as mídias sociais. Achar meios para enfrentar os governos autoritários, que tentam esconder do povo o fato de que, sem imprensa livre, a democracia não pode existir”. E concluiu, em entrevista ao repórter Gabriel Manzano, do Estado: “Temos de estabelecer os direitos humanos como parte dos direitos civis. Depois de estabelecê-los, defendê-los. Lembro uma frase de Thomas Jefferson. Ele disse que, se tivesse de escolher entre um governo sem jornais ou jornais sem governo, ficava com a segunda opção”.

# JORNAL DO ESTADO

ANDRÉ FOLLONI

20 OUT 2011

## O Trânsito, a educação e a incompetência

Somos mal-educados e incompetentes, e o nosso trânsito é prova dessa afirmação. Se estamos a pé, corremos o risco permanente de sermos atropelados atravessando a rua, mesmo tendo a preferência, ou na calçada, porque o meio-fio não é capaz de segurar um automóvel desgovernado.

Se estamos no carro, não conseguimos mudar de uma pista para a outra, porque o motorista ao lado se sente ofendido com nossa intenção de entrar na sua frente. Em situações nas quais qualquer cidadão minimamente educado pisaria no freio, nós buzinaamos. Buzinaamos para xingar, reclamar, desabafar, dar bronca nos outros motoristas... Mas não saímos pela rua gritando com os outros se notamos que fizeram algo errado. Afinal, seria coisa de gente mal educada, onde já se viu fazer escândalo por aí?

No trânsito somos, além de intolerantes, donos da verdade. Se alguém erra na nossa frente, merece a buzina. Claro que a buzina não incomoda só aquele miserável que me impediu a passagem: Incomoda também o

comerciante que está ao lado; o pedestre da calçada de trás, que quase morre do coração achando que está para ser atropelado; o estudante no quinto andar do prédio vizinho, que não consegue se concentrar e; o empregado no décimo andar do prédio da frente, que não pode trabalhar em paz porque a buzina não permite. Hospitais então? Azar de quem está internado.

Para nós, tudo isso é secundário – naqueles raros casos que lembramos que existem terceiros. O importante é gritar com quem não conhecemos, no meio da rua, para todo mundo ver. O grito do ser humano é uma falta de educação. É feio gritar com os outros, aprendemos quando crianças. No carro, contudo, a educação não vale. O grito do carro é a buzina e ela está autorizada. Buzinar é infração de trânsito, mas a nossa infração não existe, só a do outro. O outro não é alguém digno de respeito, é um obstáculo a ser removido. A rua é nossa, não nos incomodem.

Tratamos o espaço público como se fosse privado. Falta educação para compreender, como se sabe desde a tradição grega, que aquilo que podemos fazer no ambiente privado não podemos repetir no ambiente público. Se eu quiser gritar no meu quarto fechado, sem problemas. Se somos mal educados e, por isso, não conseguimos viver civilizadamente, somos incompetentes enquanto cidadãos. Não temos a competência cidadã necessária para não enganarmos, não roubarmos no troco, não fazermos gato na rede elétrica, não com-

prarmos aparelho de TV a cabo pirata, não roubarmos a vaga do deficiente... Enfim, para não aceitarmos que a nossa bênção é a desgraça alheia, naquele “se dar bem em cima do outro” que é tão próprio de todos nós.

E, de repente, o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná decide que a URBS não pode fiscalizar o trânsito. De uma hora para outra, não temos mais quem controle o trânsito que já é, por natureza, descontrolado. Começa-se a divulgar estatísticas de como o trânsito em Curitiba piorou nos últimos dias e como o nível de infrações está subindo. O discurso coloca a culpa, pelo caos do trânsito, no Tribunal. Se pelo menos os desembargadores tivessem avisado, dado um período para que o Município se adequasse,

quem sabe a URBS não poderia continuar multando por mais alguns meses? Não, não poderia.

A decisão é correta e não é surpresa. Há anos não havia exemplo melhor de ferimento à moralidade administrativa, nos bancos das faculdades de direito da capital, do que a aplicação de multas de trânsito por uma empresa com participação de capital privado, ainda que mínima.

**CONTINUA**

# 20 OUT 2011

## JORNAL DO ESTADO

### CONTINUAÇÃO

Difícil achar exemplo mais fácil de uma inconstitucionalidade tão evidente. Provocado, o TJ não teve saída. Conseguiu o milagre de tentar não provocar a anulação das penalidades já aplicadas – o que, certamente, será contestado. Nossa incompetência, enquanto cidadãos no trânsito, também se manifesta na nossa incompetência para organizar nosso aparato administrativo de fiscalização do trânsito. Nosso modelo foi anulado porque foi construído de forma incompetente. E agora não temos agentes competentes para nos punir por nossa incompetência. Somos incompetentes até para isso: Para fiscalizarmos nossa própria incompetência!

Nossa incompetência, enquanto cidadãos no trânsito, também se manifesta na nossa incompetência para organizar nosso aparato administrativo de fiscalização do trânsito. Nosso modelo foi anulado porque foi construído de forma incompetente. E agora não temos agentes competentes para nos punir por nossa incompetência. Somos incompetentes até para isso: Para fiscalizarmos nossa própria incompetência!



# 20 OUT 2011

## JORNAL DO ESTADO

### Novos exames

O ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa Abib Miguel, o Bibinho, fez ontem novos exames de sanidade mental no Instituto Médico Legal (IML) de Curitiba. Os exames se destinam a atestar se é verdadeira a alegação de seus advogados de que Bibinho estaria sofrendo de “distúrbios psicopatológicos” que o impediriam a responder pelas acusações de desvio de R\$ 200 milhões dos cofres do Legislativo estadual, por conta da contratação de funcionários “fantasmas”, entre outras irregularidades.

### Voto biométrico

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR), desembargador Irajá Prestes Mattar, anuncia hoje medidas que serão adotadas para os últimos três meses do recadastramento de eleitores para o voto biométrico em Curitiba. Ele também deve falar sobre os preparativos para as eleições 2012 e a expansão da biometria no Estado. O processo de recadastramento biométrico é obrigatório e termina dia 20 de janeiro de 2012. Até o momento foram recadastrados 673 mil eleitores, o equivalente a pouco mais de 50% do eleitorado da Capital. 627 mil eleitores ainda não compareceram para se recadastrar.

### Adaptação

O Ministério Público Eleitoral, através da Promotoria de Justiça de Matelândia, na região de Cascavel, expediu recomendação eleitoral aos prefeitos e diretores das escolas estaduais dos cinco municípios que integram a comarca – Matelândia, Céu Azul, Vera Cruz do Oeste, Diamante D’Oeste e Ramilândia – para que realizem as devidas adaptações de todos os equipamentos e vias públicas de forma a garantir a todos, inclusive idosos e portadores de deficiência, o acesso aos postos de votação nas eleições de 2012. A recomendação é sustentada pela lei federal de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

20 OUT 2011

JORNAL DO ESTADO

# Deputado Bernardo Carli tem o mandato cassado

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TER/PR) determinou ontem a cassação do mandato do deputado estadual Bernardo Carli Filho (PSDB), acusado de captação ilícita de recursos para campanha eleitoral de 2010. Bernardo é irmão do ex-deputado estadual Fernando Ribas Carli Filho, que renunciou ao mandato em 2009, depois de se envolver em acidente de trânsito que resultou na morte de duas pessoas, em Curitiba. Cabe recurso da decisão, e até o julgamento nas instâncias finais, o tucano poderá seguir no cargo. Caso a cassação seja confirmada, quem assume é Antonio Carlos Belinati, filho do ex-prefeito de Londrina, Antonio Belinati.

Na ação, o Ministério Público Eleitoral aponta que Bernardo Carli teria pago cabos eleitorais em dinheiro, e na prestação de contas da campanha, declarado que os mesmos teriam trabalhado como voluntários. A defesa do deputado argumentou que não haveria provas das acusações, e que a origem dos R\$ 276 mil arrecadados na campanha teria sido comprovada. Segundo os advogados do parlamentar, os serviços foram prestados voluntariamente, sendo considerados como doações estimáveis em dinheiro.

Na avaliação do MPE, a declaração seria uma forma de ocultar a verdadeira fonte dos recursos, uma vez que o dinheiro utilizado para o pagamento dos referidos cabos eleitorais não passou pela conta bancária de campanha e nem foi objeto de recibo eleitoral que permitisse a identificação do doador.

Os promotores notaram grande quantidade de prestadores de serviço apontados como voluntários. O MPE ouviu o depoimento de 13 dos 36 cabos elei-

torais supostamente voluntários. Dez deles confirmaram terem trabalhado na campanha do deputado, e recebido pagamento em espécie, diretamente no comitê de Bernardo Carli. “Frise-se, neste ponto, que todos os dez depoimentos foram congruentes acerca de quantias e formas de pagamento, não se vislumbrando qualquer contradição entre eles”, apontou o relator do processo, juiz Marcelo Malucelli.

Segundo o MPE, também foram constatados, no relatório de despesas com pessoal, gastos de R\$ 11.300,00 em recursos que teriam vindo de doações e mais R\$ 3.180,00 em efetivo desembolso financeiro.

De acordo com a investigação, somente os recursos necessários ao pagamento dos cabos eleitorais, considerando-se o valor pelos quais foram declarados os termos de doação, chegariam a um montante de R\$ 15.700,00, equivalente a 5,68% do total da prestação de contas, de R\$ 276 mil.

**Execução** — Após o resultado do julgamento, o Ministério Público Eleitoral encaminhou ao TRE requerimento pedindo imediata execução da decisão que cassou o diploma deputado. O MP Eleitoral pede que Assembleia Legislativa seja oficiada com urgência para que emposses o próximo suplente da coligação. Bernardo Carli foi eleito como segundo suplente pelo PSDB. Assumiu a vaga na Assembleia em agosto deste ano, depois que Osmar Bertoldi (DEM) foi chamado pelo prefeito Luciano Ducci (PSB) para a Secretaria Municipal Extraordinária de Política Habitacional (SEPHA), em Curitiba.

20 OUT 2011

## JORNAL DO ESTADO

FRANCISCO BELTRÃO CONTINUAÇÃO

# Vereador também perde o cargo

O Ministério Público do Paraná, através da Promotoria de Justiça de Francisco Beltrão, no sudoeste do Estado, protocolou ontem medida de cumprimento de sentença para que seja executada decisão judicial que determinou o afastamento das funções públicas do vereador Celmo Albino Salvadori, ex-presidente da Câmara Municipal. A decisão, datada de março, é da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça e foi proferida em julgamento da 2ª Vara Cível da Comarca de Francisco Beltrão. O vereador foi condenado por ato de improbidade administrativa pela renovação de um contrato irregular de prestação de serviços firmado pelo então presidente da Casa Legislativa, Jair Link – também condenado por improbidade.

Além da perda da função pública, os dois tiveram os direitos políticos suspensos. Em 1999, quando era presidente da Câmara, Link contratou irregularmente um contador para

a prestação de serviços de contabilidade para a Câmara. Quando assumiu a presidência do Legislativo Municipal, em 2001, em vez de cancelar o serviço e abrir concurso, Salvadori manteve o contrato com o contador. Em 2002 o MP-PR entrou com ação civil pública questionando tanto a contratação do contador quanto a manutenção do contrato. A Promotoria de Justiça também cobrava a responsabilização de Jair Link pela contratação de um advogado (esse serviço não foi mantido por Salvadori). Apesar de não ter sido verificado desvio de dinheiro público, o vereador e o ex-vereador foram condenados pelo Judiciário por improbidade administrativa por não terem observado os princípios constitucionais da administração pública.

O promotor de Justiça da comarca, Eduardo Alfredo de Mello Simões Monteiro, explica que o processo já transitou em julgado, ou seja, não há mais como recorrer. Como ape-

nas Salvadori exerce função pública no momento, ele terá de deixá-la tão logo seja intimado do cumprimento de sentença pelo Poder Judiciário.

Outras penas - Além de condenados à perda da função pública que eventualmente estiverem exercendo e suspensão dos direitos políticos por cinco anos, Salvadori e Link estão proibidos de contratar com o poder público ou receber benefícios fiscais ou creditícios pelo prazo de cinco anos e devem pagar multa civil. Eles e também os dois profissionais contratados, João Carlos Busatta, contador, e Márcio Edson Fernandes Selke, advogado, foram condenados a devolver, cada qual à medida de sua responsabilidade, um total de R\$ 42.223,76 (valor da época, ainda sem correção monetária), que seria o montante que teria saído irregularmente dos cofres públicos para pagar os contratos de prestação de serviços celebrados e/ou renovados entre 1999 e 2000.

# 20 OUT 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PEDRO WASHINGTON

### Justiça atrasada

A Justiça por vezes atrapalha. Caso do momento que vive Curitiba, milhões de reais em multas, pontos tomados em carteiras de motoristas, por decisão tomada anos depois que uma empresa de economia mista foi criada pelo município para gerir o trânsito da cidade. Em matéria de cuidados, o trânsito curitibano ficou no limbo.

### Como fica?

O detalhe sutil: ninguém sabe como fica até que a secretaria de Trânsito saia do papel, isto é, seja aprovada por uma Câmara que hoje vive problemas internos maiores. Não sabe se "casa ou se compra um guarda-chuva", para usar uma expressão popular. Pouco se pode esperar dela enquanto não resolver se Caio Derosso vai ou fica. Pelo andar da carruagem, do corporativismo característico, fica!

## FÁBIO CAMPANA

### Chapa quente

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) abrirá uma sindicância para investigar o Procurador Sérgio Botto de Lacerda. O processo investigará deslizes, perdas de prazos de processos e advocacia administrativa. Segundo fontes do Centro Cívico, Botto estaria orientando advogados em processos contra o Paraná. Ele ainda deve responder a processo criminal porque teria gravado uma conversa de mais de quatro horas com o procurador Lúlio César Zem Cardoso, seu chefe, sem autorização judicial. Essa conversa foi no último dia 10 em um restaurante.

## REGISTRO

### Deputado estadual Bernardo Carli é cassado

O Tribunal Regional Eleitoral cassou nesta quarta-feira (19/10) o mandato do deputado estadual Bernardo Carli (PSDB). O motivo seriam ilegalidades nos gastos de campanha. O deputado é irmão de Fernando Carli Filho, que renunciou ao mandato de deputado estadual em 2009 depois de causar um acidente de trânsito em que duas pessoas morreram. Carli era suplente. Assumiu a vaga depois que Beto Richa e Luciano Ducci chamaram dois deputados de sua coligação para cargos no Executivo. Se Carli sair, a vaga fica para o terceiro suplente da coligação, Antonio Carlos Belinati, filho do ex-prefeito de Londrina Antonio Belinati.

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Deputado perde mandato

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) decidiu cassar, por unanimidade, o deputado estadual Bernardo Carli (PSDB), acusado de fazer contabilidade paralela na campanha eleitoral do ano passado. A decisão, baseada no relator do juiz Marcelo Malucelli, atende à denúncia do Ministério Público Eleitoral (MPE). Foram seis votos pela aprovação do parecer de Malucelli. Carli pode recorrer da decisão ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Bernardo Carli assumiu a cadeira de deputado no primeiro semestre deste ano, no lugar de Osmar Bertoldi (DEM), que se licenciou do mandato para assumir a secretaria especial de Habitação da prefeitura de Curitiba. Carli era suplente da coligação. Foi eleito primeiro suplente da coligação entre o PSDB e o DEM. O segundo suplente é o ex-deputado Antonio Belinati, do PP.

### Omissão

O Ministério Público Eleitoral denunciou que o deputado tucano contratou cabos eleitorais remunerados, mas declarou esses valores como doação de serviços na prestação de contas entregue à Justiça Eleitoral. Desta forma, o MPE concluiu que Bernardo Carli omitiu a fonte dos recursos, que não passaram pela conta bancária de sua campanha eleitoral e nem foram justificados em recibos eleitorais que permitissem a identificação dos doadores. No parecer, o juiz cita que 13 dos 36 cabos eleitorais declararam à Polícia Federal que receberam para trabalhar para Carli e em dinheiro.

Na defesa, Bernardo declarou que não há irregularidades em aceitar doação de serviços de colaboradores e apresentou todos os documentos relativos à contribuição. O deputado também alegou que suas contas foram aprovadas pela Justiça Eleitoral. O juiz, entretanto, atestou que a documentação apresentada por Bernardo Carli foi anulada pelas investigações.

# 20 OUT 2011

## tribuninhas Voto

O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou ontem a necessidade do voto impresso, que seria obrigatório a partir das eleições de 2014. A norma foi editada em 2009, na minirreforma eleitoral aprovada pelo Congresso. Após o voto, o eleitor imprimiria a confirmação do voto e depositaria numa urna, para o caso de necessidade de recontagem. Segundo a relatora, ministra Cármen Lúcia, o voto impresso favorece a compra e venda de votos, já que o eleitor poderia ser compelido a prestar contas a candidatos que exigissem o apoio em troca de benesses.

## Exames

O ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, o Bibinho, foi submetido ontem ao segundo exame no Instituto Médico-Legal (IML) para verificar se o problema psiquiátrico constatado por sua médica e psicóloga o torna incapaz para responder a dois processos criminais por desvio de dinheiro público. O primeiro exame foi realizado dia 14.

METRO 20 OUT 2011

# Bernardo Carli é cassado no TRE

► Deputado estadual foi denunciado por captação ilícita de recursos e omissão dos valores na prestação de contas para a Justiça Eleitoral

O TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná) cassou ontem o mandato do suplente de deputado estadual Bernardo Ribas Carli (PSDB). O relator do processo Marcelo Malucelli julgou procedente a denúncia feita pelo Ministério Público Eleitoral por captação ilícita de recursos e omissão dos valores na prestação de contas da campanha. Carli teria contratado cabos eleitorais remunerados, mas declarou esses valores como doação.

Ele assumiu a vaga depois que o governador Beto Richa (PSDB) e o prefeito Luciano Ducci (PSB) chamaram dois deputados da coligação que o elegeu para assumirem cargos.

Bernardo Carli é irmão de Fernando Carli Filho, que teve de renunciar ao mandato de deputado estadual em 2009 depois de causar um acidente de trânsito em que duas pessoas morreram. A vaga fica para o terceiro suplente da coligação, Antonio Carlos Belinati, que já foi eleito deputado estadual em 1998. Ele é filho do ex-prefeito de Londrina Antonio Belinati.

METRO 20 OUT 2011

# 75% apoiam redução da maioridade penal

Em cada dez brasileiros, quase oito concordam com a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, segundo pesquisa CNI-Ibope divulgada ontem.

O levantamento, que ouviu 2.002 pessoas em 141 municípios do país, aponta ainda que 11% concordam parcialmente com a medida. Apenas 9% são contrários, total ou parcialmente, e 5% não souberam responder. Além disso, 83% acham que manter a maioridade penal em 18 anos incentiva a participação de menores em crimes.

Os mais jovens são os menos favoráveis à punições para menores de 18 anos - 69% das pessoas entre 16 e 24 anos aprovam a redução. O maior percentual de apoio aparece na faixa entre de 25 a 39 anos (79%).

Segundo a pesquisa, a maioria dos brasileiros é contra a legalização da maconha no país: 70% dos entrevistados dizem que que liberar a venda da droga não reduzirá a criminalidade. Só 23% consideram a medida positiva para reduzir os índices de violência.

Com relação à pena de morte, a pesquisa mostra que a população está dividida: 46% afirmam ser a favor da adoção da pena de morte no Brasil, parcela igual a de entrevistados que é contra a medida. ● METRO

## 65%

defendem a proibição da venda de bebidas depois da meia-noite, para reduzir crimes.

METRO 20 OUT 2011

# STF deve investigar ministro do Esporte

► Orlando Silva nega acusações e diz que querem tirá-lo do cargo no grito

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, disse ontem que vai pedir ao STF (Supremo Tribunal Federal) a abertura de inquérito para investigar o envolvimento do ministro do Esporte, Orlando Silva (PC do B), em um suposto esquema de desvio de verbas do programa Segundo Tempo, que promove atividades esportivas para crianças e adolescentes.

“Considerando a gravidade dos fatos, devo requerer nos próximos dias a instauração de inquérito”, disse Gurgel. A Procuradoria Geral também estuda enviar ao STF inquérito que tramita no STJ (Supe-

rior Tribunal de Justiça) que apura fraudes no programa Segundo Tempo envolvendo o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT).

Ontem, em audiência no Senado, Orlando Silva voltou a negar as acusações. “Pretendem tirar um ministro no grito”, disse.

De 2006, quando Orlando Silva assumiu o ministério, até julho de 2011, a Controladoria Geral da União já pediu a devolução de R\$ 44,5 milhões, correspondentes a 67 processos em que o foram verificadas irregularidades em convênios com ONGs. ● METRO



# 20 OUT 2011

## METRO

### Coronel diz que estava em festa em dia de crime

O coronel Jorge Luiz Thais Martins afirma que tem testemunhas de que, no dia de um dos crimes de que é acusado, estava no aniversário de um sobrinho. "Fiquei até 2 horas da manhã assando churrasco. Os meninos ficaram aqui (em casa) até às 7 horas fazendo pagode", afirmou ao programa Boa Tarde Paraná, da Band.

O ex-comandante dos Bombeiros é acusado pela Polícia Civil de cometer nove assassinatos que ocorreram no Boqueirão entre agosto de 2010 e 14 de janeiro de 2011. Martins teria matado jovens viciados em vingança pela morte do seu filho, morto em uma tentativa de roubo.

De acordo com o inquérito, algumas testemunhas reconheceram o coronel e as mortes começaram depois que um suspeito pelo crime, menor de idade, foi solto. Martins, no entanto, diz que nunca esteve nos locais dos crimes. "Se eu fosse me vingar, seria contra o bandido e não esses 'nóias'. São pobres coitados que foram mortos". 